

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

| | | | | |
|-----------------------|--|----------|--|--|
| RELATOR | : MIN. MARCO AURÉLIO | | | |
| AUTOR(A/S)(ES) | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL | | | |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA | | | |
| INVEST.(A/S) | : PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA | | | |
| ADV.(A/S) | : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA | E | | |
| | OUTRO(A/S) | | | |
| INVEST.(A/S) | : EDUARDO DA COSTA PAES | | | |
| ADV.(A/S) | : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA | E | | |
| | OUTRO(A/S) | | | |

DESPACHO

**INQUÉRITO – MANIFESTAÇÃO –
JUNTADA.**

**INQUÉRITO – DILIGÊNCIAS –
PENDÊNCIA.**

1. O assessor Dr. Mário Henrique Ditticio prestou as seguintes informações:

Este inquérito foi instaurado para apurar a alegada prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da de nº 7.492/1986.

INQ 4435 / DF

Mediante o protocolo/STF nº 69.549/2017, os investigados apresentaram manifestação, acompanhada de documentos. Aludiram a depoimentos prestados por colaboradores no sentido de não terem exigido qualquer vantagem ilícita. Postularam a paralisação da investigação até que a Procuradoria-Geral da República finalize a perícia no sistema Drousys, supostamente utilizado pela Odebrecht para fins de registro e controle de pagamentos irregulares a agentes públicos. Pretenderam, ainda, a recapitulação dos fatos, ante a alegada falta de indícios do cometimento do crime de corrupção.

Instada a pronunciar-se, a Procuradoria-Geral da República, por meio do protocolo/STF nº 2.097/2018, ressalta haver diligências em andamento, requeridas quando do pedido de instauração do inquérito e deferidas pelo então relator, ministro Edson Fachin. Aduz a necessidade de se aguardar a conclusão das diligências em curso para que se possa alcançar um cenário mais firme sobre a existência material do delito e a capitulação penal dos fatos apurados.

2. Juntem aos autos.

3. Cumpre aguardar a integral realização das diligências deferidas.

4. Publiquem.

Brasília, 1º de fevereiro de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator